

Ata da V Reunião (Ordinária) dos Conselheiros do Refúgio de Vida Silvestre de Una – RVS de Una, e da Reserva Biológica de Una - REBIO de Una, em 30 de Maio de 2018.

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e dezoito, os conselheiros do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) de Una e da Reserva Biológica (REBIO) de Una reuniram-se no salão de reuniões do Anexo Administrativo Cezar Rusciolli da Prefeitura Municipal de Una, localizado na Rua Luiz Guimarães Rosa, Nº 125, Bairro Sucupira, Una – BA, com a presença dos seguintes membros: UESC, Associação SABCUR, Associação do Sétimo Dia Rio da Serra, Associação dos Produtores e Moradores do Barro Vermelho do Maruim, Associação Esperança Vale Verde, Associação do Cajueiro II, Associação Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo, Associação Vencedora da Piedade, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura de Una, ICMBIO, IBAMA, Inaceres, CEPLAC e Ipiranga. A presidente do Conselho e representante do ICMBIO, Tatiana Franco, responsável pelo RVS de Una, abre a reunião às 09h30m. Val Tupinambá questiona se há quórum suficiente. Tatiana explica que há 12 membros presentes, sendo o quórum mínimo de 8 membros que são 1/3 mais um do total de membros. É proposto e acatado um acordo de convivência, fica acordado o horário do almoço às 12:00 e o retorno às 13:00hs com parada para o lanche. Sr. Cleber representante da Associação do Cajueiro II chega às 09:40. Tatiana apresenta a assembleia todas as ações do Conselho até o momento como: mobilizações, reuniões, tomada de posse dos membros, processos de autorização analisados e as ações futuras previstas. É apresentado um vídeo sobre o papel e a importância dos conselheiros dos diversos tipos de UCs geridas pelo ICMBio. Em seguida, é apresentado o “presenciômetro”, tabela com as presenças e ausência justificadas ou não dos conselheiros nas reuniões passadas. É relatada que o INEMA só compareceu em uma reunião, Tatiana explica que há dificuldade de contatar o órgão e que já o notificou por e-mail institucional e não obteve resposta. Em seguida Jurandir diz que a presença do INEMA é fundamental, pois se trata de um órgão fiscalizador. Paulo Barreto concorda com Jurandir. Val Tupinambá avisa que a FUNAI não está presente por motivo de falta de combustível e que o cacique Renildo está em reunião na SESAI em Ilhéus. Tatiana diz que a FUNAI justificou a ausência. Camila sugere que o INEMA seja notificado novamente e, caso não se manifeste, subentende-se que não estão interessados em participar do Conselho. Paulo Cruz diz que o INEMA deve reafirmar ou não o interesse em participar do Conselho. Edileusa diz que talvez não haja compromisso dos representantes, mas deve-se afirmar o interesse do órgão. Tatiana diz que irá enviar nova notificação à Cibele, chefe do INEMA, solicitando confirmar o interesse em participação do Conselho e expondo a possibilidade de mudar os representantes. Val Tupinambá alega que justificou antecipadamente a ausência na reunião passada, Tatiana diz que irá atualizar o presenciômetro. Tatiana explica que a Coordenação Regional (CR) deve homologar o regimento interno do Conselho e, em setembro de 2017, apresentaram um parecer com sugestões de alteração do Regimento. Tatiana apresenta as sugestões que são discutidas ou prontamente acatadas. Camila

que defende os Grupos de Trabalho (GTs) devem ser formados por no mínimo 2 conselheiros, mas não concorda com a determinação de um número máximo de pessoas. Alialdo defende que deve haver um número mínimo componentes nos GTs. Tatiana explica que os GTs são para tratar de assuntos específicos, portanto. Val Tupinambá diz que não se deve estipular o número de participantes do GTs independente se são ou não conselheiro. Tatiana explica que os GTs são para tratar de assuntos específicos e que para serem um grupo deve ter no mínimo duas pessoas ou mais. Foi decidido que os GTs serão formados por no mínimo 2 representantes do Conselho mais um número indefinido de pessoas externas. Em seguida é deliberado extrair parte do texto do Regimento que determina definir o prazo de funcionamento do GT. As alterações do Art. 15 que trata da perda do mandato de conselheiro foram acatadas. Camila diz que todos membros deveriam ter uma cópia do regimento. Tatiana diz que irá enviar por e-mail e entregar uma cópia impressa junto com o convite da próxima reunião. Paulo Barreto solicita a memória do trabalho do GT sobre a linha de distribuição de energia elétrica (LD) Barro Vermelho-Marumim, e diz que irá utilizá-la no Conselho Rural, Tatiana diz que irá enviá-la por e-mail a Paulo. Camila faz a leitura da ATA da reunião passada que é aprovada por unanimidade. Na sequência é lida a memória da reunião do GT da LD Barro Vermelho-Marumim. Edileusa, coordenadora do GT, diz que entregou a Coelba o ofício elaborado pelo GT o qual solicita informação do antigo projeto da LD, visto que o mesmo é potencialmente mais amigável ao meio ambiente e menos custoso a Coelba. Edileusa, representando a associação Barro Vermelho, se articulou e reivindicou junto a Coelba a instalação de uma LD na região do Barro Vermelho e do Marumim. Por fim, a Coelba a informou que brevemente irão instalar duas LDs que irão beneficiar dezenas de famílias, inclusive que as medições já estão parcialmente realizadas, com previsão de colocar postes nos próximos meses. Tatiana diz que todos os projetos de LD dentro do REVIS ou REBIO devem passar no ICMBio, até o momento, os técnicos da UCs não possuem conhecimento destes projetos. Tatiana se disponibiliza em ajudar a contatar o IBAMA para localizar o projeto, se for o caso, e orienta sempre solicitar a documentação formal das informações prestadas por órgão e empresas. Edileusa diz que nunca teve o amparo ICMBio e IBAMA, por isso optou contatar a Coelba como representante da associação de moradores da região e não como um GT do Conselho. Edileusa relata o atrito e dificuldade em lidar com órgãos fiscalizadores e ressalta que ter energia elétrica é um direito da população. Exemplifica sobre a deficiência do órgão (IBAMA e/ou ICMBio) a formação tardia do Conselho, que deveria ser formado após a criação da UC. Paulo Cruz diz que o Conselho da REBIO foi criado 2005. Tatiana diz que Edileusa não está errada em buscar soluções para as questões da sua comunidade. Edileusa diz que recebeu apoio das entidades da Resex de Canavieiras. Tatiana diz que o papel do Conselho é o conciliar interesses e demandar ações aos órgãos competentes, a ideia é diminuir os conflitos e buscar soluções com a participação dos órgãos públicos e sociedade civil, em seguida questiona se o GT será encerrado. Val Tupinambá solicita à memória e a ATA da reunião anterior e diz que quer se reunir com as associações da região afetada pela

LD, informa que a população das áreas do Mamão estão de fora desse projeto de LD e que os líderes da Comunidade Indígena da região vão para Brasília tratar dessa pauta. Val Tupinambá informa que o processo de demarcação da terra indígena Tupinambá Una-Olivença esta tramitando em Bsb e que possivelmente o relatório será homologado pelo Ministro da Justiça. Val diz que levará a Brasília um documento com assinatura de todas as associações para fortalecer o pedido de execução do projeto de LD. Tatiana explica a Val que o GT foi formado porque o projeto submetido ao ICMBio possui significativo impacto ambiental, que a Coelba fez um projeto similar aos utilizados em áreas de expansão urbana, podendo inviabilizar a emissão da licença ambiental pelo IBAMA. Tatiana questiona que os conselheiros avaliem a necessidade de continuidade do GT. Val diz que as famílias devem ser beneficiadas, mas que a REBIO não deve ser prejudicada. Em seguida, Cleber questiona por que os projetos que já foram aprovados pelo meio ambiente não foram executados ainda. Tatiana explica que o ICMBIO fez parecer favorável e enviou para o IBAMA e que todos os passos que competia ao ICMBIO já foram feitos. Edileusa pede acesso a ATA e memória do GT, Tatiana diz que a ATA é pública e a memória também. Alialdo informa que os processos do IBAMA são numerados e facilmente localizados no sistema eletrônico de informação SEI. Acrescenta que o escritório de Ilhéus não tem competência para avaliar tais projetos que são enviados a Salvador e analisados em Brasília. Tatiana explica que os processos recebem números específicos em cada órgão que passam, no ICMBIO possuem um numero e no IBAMA outro. Val explica que no sistema da COELBA é possível localizar em qual órgão está tramitando o projeto. Ao final da discussão ficou decidido que o GT foi encerrado pois a coordenadora do GT, Edileusa, entende que as questões técnicas já foram contempladas e as questões pendentes serão resolvidas pelas associações de forma paralela. Em seguida Tatiana entrega o Termo de Posse aos membros do Conselho que se fazem presente. Na sequência Camila propõe que no retorno do almoço e durante todas as próximas reuniões do Conselho os membros se sentem em círculo, pois desta forma facilita a comunicação. A reunião é suspensa para o almoço às 11:53hs com retorno às 13:00hs. Às 13:15 a reunião recomeça e Tatiana apresenta alguns slides sobre como o Conselho precisa trabalhar para as coisas funcionarem. Jurandir pergunta se o ICMBIO tem influência para ajudar a realizar o CEFIR, Tatiana responde que não, pois legalmente quem deve fazer é do Estado mas que seria de interesse do ICMBIO apoiar. Jurandir afirma que uma determinada empresa ganhou a licitação para fazer o CEFIR dos pequenos produtores de Uma, a mesma pretendia contratar técnicos para coleta de dados de campo pelo valor inviável de R\$ 12,00 o km. Tatiana diz que é de interesse do ICMBIO cooperar para realização do CEFIR, diz que há um consultor que pode vir ao Conselho explicar e trazer algumas informações sobre o CEFIR. Em seguida Tatiana explica mais uma vez o papel do Conselho. Edileusa questiona sobre as capacitações do Conselho e Tatiana explica que não houve sugestões do tema conforme solicitado na reunião passada, e que embora tenha escrito a proposta não a submeteu por falta de equipe do ICMBio e/ou apoio externo. Acrescenta que deve haver novos editais e irá divulgar ao Conselho. Em seguida, Tatiana explica sobre o que é o Plano

de Ação e a metodologia para construí-lo. Denildo do Assentamento Ipiranga diz que não quer participar da construção do Plano de Ação pois não conseguiu entender bem as questões colocadas, pede que dê um exemplo e sugere o tema CONFLITO e como resolver. Além disso, cita como exemplo o medo de denunciar algum vizinho que esteja desmatando pois correria risco. Tatiana explica que a denúncia pode ser anônima. Denildo do Assentamento Ipiranga diz que não vê nenhuma vistoria do IBAMA, por exemplo, para combater este tipo de crime. Alialdo, do IBAMA, explica que não é aconselhável a ninguém tentar barrar qualquer irregularidade sozinho, pois estaria colocando a vida em risco, por isso o correto é informar ao órgão responsável para que tomem as providências, se necessário com apoio da polícia. Em seguida Tatiana propõe de dividir os conselheiros em grupos para criar as propostas do Plano de Ação. Paulo Barreto diz que deveria dividir em grupos com interesses afins. Tatiana diz que há o risco de ideias se sobreporem a outras e não se discutir o interesse coletivo. Alialdo diz que as ideias deveriam vir das comunidades e depois serem selecionadas pelo Conselho. Camila propõe não fechar o Plano de Ação hoje e dar um tempo para os conselheiros trazerem as propostas das comunidades, mas diz que algumas questões são dos conselheiros e que deveriam ser resolvidos nessa reunião. Paulo Cruz diz que devemos nos capacitar para tentar entender mais sobre as questões que surgem e assumir mais o papel do conselheiro. Jurandir diz que primeiro teria que haver a capacitação, depois levar a proposta para a comunidade. Tatiana diz que o PA pode ter capacitação e outras ações também. Às 14:30 Alialdo, representante do IBAMA, Sr. Cosme representante da Associação Vencedora da Piedade e Denildo representante do Assentamento Ipiranga saíram da reunião. Seguindo com a reunião, Paulo Barreto diz que as reuniões devem ser mais dinâmicas e que o Conselho acaba fugindo da pauta. Após discussão ficou decidido que será feita capacitação dos conselheiros com o tema “O QUE É, ONDE ESTÃO OS LIMITES E QUAL O PAPEL DA UC”, com data provável para julho de 2018. Val pede que seja enviado ao seu e-mail (valtupinamba@gmail.com) a ficha do plano de ação, a ATA da reunião que tratou da LD e a memória do trabalho GT. Camila propõe que haja uma capacitação sobre avaliação de empreendimentos instalados no interior das UCs. Tatiana propõe que se discuta quais as atividades permitidas no interior das UCs, propõe também que se trabalhe a questão do turismo no interior das UCs. Edileusa chama a atenção sobre a situação do Ecoparque de Una, que está desativado e alega que aquela é uma área excelente para o Ecoturismo da região. Às 15:53hs, Cleber, representante da Associação do Cajueiro II saiu da reunião. Em seguida Camila diz que o Ecoparque de Una não é a única área com potencial para o turismo e que podemos identificar propriedades no interior do REVIS com potencial para ecoturismo. Val afirma que a comunidade indígena Tupinambá da região do Acuípe já possui um projeto em execução que promove o etno-turismo na região. Paulo Cruz entrega a ficha de avaliação da reunião e esclarece as como preenchê-la. Sem mais nada a tratar, às 16h08m a Presidente do Conselho, Sra. Tatiana Alves encerra a reunião. Eu, Rogério Martins Borges, secretário executivo deste Conselho redigi a presente ATA.